

# PARTIDOS POLÍTICOS SE POSICIONAM PARA O EMBATE DE OUTUBRO

À distância de pouco mais de cinco meses das eleições de âmbito estadual e federal, os partidos políticos vivem intensa movimentação para definir suas candidaturas. Poucas questões chamariam a atenção nesse processo, a maioria delas redutíveis às previsíveis ações típicas desta fase: formação de alianças, reagrupamento de forças, partidos tentando demarcar posições que possam aumentar sua efetividade no campo da disputa. É, contudo, ao movimento nesse tabuleiro que esta edição de *Contextus* se dedica.

No entanto, parece necessário projetar as próximas eleições sobre o horizonte mais amplo da crise da democracia que se agravou no Brasil há quatro anos, durante o processo eleitoral de mesmo âmbito e amplitude, o qual se realizou no país em 2014. Aquele pleito, por assim dizer, não se encerrou. No plano nacional, a coligação derrotada se recusou a aceitar o resultado das eleições. A presidente que saiu eleita daquele pleito foi deposta, menos de dois anos depois, sob acusação de desvio num procedimento contábil, mas sem que lhe fosse imputado crime algum.

De outro lado, o Congresso Nacional eleito em 2014 e responsável pelo *impeachment* da presidente da República, eleita dentro das regras previamente acordadas, encontra-se ele mesmo envolto em denúncias de toda sorte de crimes e de corrupção. Tudo isso tem levado a população ao descrédito frente ao Parlamento como um todo. Parece mais fácil para o senso comum generalizar a crítica do que compreender a complexidade da situação, a diversidade dos interesses e as contradições representadas no Congresso.

Conivente com o governo que se instalou após o *impeachment*, o Congresso Nacional se entregou à aprovação de medidas francamente impopulares e contrárias aos interesses dos mais pobres. Além disso, as pautas morais e confessionais sobrepuseram-se aos valores afetos à ampliação da democracia e do controle social sobre os poderes públicos.

Além disso, todo aquele processo eleitoral de 2014 teve sua legitimidade maculada por denúncias de corrupção e de abuso do poder econômico. Na contramão, o processo de investigação e o aparato jurídico montado para, supostamente, apurar a situação tornou-se, ele mesmo, objeto de severas acusações: parcialidade, pré-julgamentos, procedimentos jurídicos ilícitos, abuso de poder e tantos outros elementos que apontam para a parcialidade discutível e o uso de pesos e medidas diversos para situações análogas.

O juízo que se faz sobre esses temas pode depender do posicionamento prévio de quem avalia. Isso ainda contribui para o acirramento dos ânimos e para discussões carentes de objetivação. As pesquisas apontam a população dividida. Sobre muitas das questões em debate formam-se, no máximo, maiorias inconsistentes e incapazes de consolidar pontos de vista claramente majoritários.

Em face de todos esses eventos, os meios de comunicação de massa desempenharam um papel central, não como fontes de informação, mas como difusores de pontos de vista tendenciosos. Ao invés do compromisso com a verdade dos fatos, a mídia se prestou à politização dos argumentos, assumindo mais ou menos explicitamente a defesa de um lado do embate. Apresentaram-se como se fossem verdades inquestionáveis as ideias comprometidas com pontos de vista que favoreceram certos segmentos sociais e grupos políticos em detrimento de outros. Nesse sentido, os meios de comunicação social se aliaram às redes sociais como geradores e disseminadores de *Fake News* (notícias falsas).



Ainda sob os efeitos desse cenário, aproximam-se as eleições de 2018. Muitas são as incertezas e as instituições se tornaram, elas mesmas, objeto de desconfiança. Em tais condições, a campanha eleitoral deveria se prestar a restabelecer as bases de confiança. Ao contrário disso, porém, o pleito acontecerá sob uma legislação eleitoral modificada pelo Congresso sem qualquer discussão com a sociedade; a campanha em rádio e televisão será mais curta, a exemplo do que já ocorreu nas eleições municipais de 2016; e o financiamento por empresas foi proibido graças à interveniência do Supremo Tribunal Federal.

Especificamente sobre este processo pré-eleitoral agora em andamento, chama a atenção o fato de que, em Minas Gerais, os candidatos que se dizem "fora da política" ou os chamados "antipolíticos" não têm tido um destaque tão grande como se esperava na disputa pelos cargos majoritários, ou seja, os cargos de governador, vice-governador e senadores. Isso talvez não valha quando se pensa nos cargos de deputado estadual e deputado federal. Já há notícias de que diversas "celebridades" deverão disputar tais cargos. No primeiro trimestre deste ano, havia a expectativa

de que se repetissem fenômenos como aquele que elegeu o atual prefeito de Belo Horizonte. Até o momento, no entanto, parece que a tendência dos partidos é favorecer lideranças já consolidadas politicamente e com probabilidade de êxito eleitoral.

Constata-se também a mais completa omissão na imprensa a respeito dos menores partidos do campo que se nomeia como esquerda. Paira total silêncio quanto aos movimentos organizativos no âmbito dessas forças, à exceção do PC do B, que tende a se abrigar na aliança com o Partido dos Trabalhadores.

A meses de distância do encerramento do prazo, em 15 de agosto, para o registro das candidaturas, as definições tomadas nos partidos ainda podem ser revisadas. Portanto, não é prudente apresentá-las como definitivas. Negociações estão em andamento. Posicionamentos táticos podem mudar velozmente. Afirmações e discursos de candidatos e de seus partidos costumam sinalizar apenas intenções táticas e é nesse espírito que se descreve, nas seções seguintes, a atual conjuntura.

### Entrada de Dilma Rousseff nas eleições mineiras agita partidos políticos

Abundam na imprensa da Capital as análises sobre as implicações da transferência do domicílio eleitoral da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) para Minas Gerais. A indicação de Dilma como candidata vem de longa data. Começou a ser aventada logo após a decisão do Senado, subsequente ao impeachment, que lhe preservou os direitos políticos. Naquela época, não se sabia se sua possível candidatura seria por Minas ou pelo Rio Grande do Sul. A ideia começou a se concretizar, em 2017, durante a caravana de Lula, em passagem pelo estado de Minas Gerais. Naquela caravana, Dilma fez participações em algumas cidades. A transferência de seu domicílio eleitoral, neste mês de abril, apenas confirmou essa expectativa.

A hipótese de uma candidatura de Dilma ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores já causou, nestes dias, uma reação entre os partidos políticos mineiros. Nos jornais, houve declarações de políticos que a consideraram uma candidata com grandes chances na disputa pela vaga de senadora. Existe a presunção de que parte significativa dos eleitores votariam em Dilma por considerarem injusta sua deposição.

Em agosto de 2017, uma pesquisa do Ibope já constatava que 42% da população se opunha ao *impeachment*. Há quem considere que os escândalos de corrupção que atingiram políticos e partidos favoráveis à saída de Dilma do poder; as reformas impopulares conduzidas pelo Governo Temer; e até mesmo a forma como, mais recentemente, se deram a condenação e a prisão do expresidente Lula podem levar parte do eleitorado a uma atitude compensatória, em razão da qual Dilma sairia com favoritismo.

No entanto, além de semelhantes previsões, tem sido dito na imprensa que uma pesquisa interna do Partido dos Trabalhadores teria constatado 28% das intenções de voto para Dilma. Nesse



caso, ela figuraria em melhor condição do que o senador Aécio Neves (PSDB) que, na referida pesquisa, teria aparecido com 18%.

Já na segunda quinzena de abril começou a crescer outra hipótese de desenlace para a participação de Dilma Rousseff nas eleições mineiras. Vem ganhando corpo a ideia de que ela disputará uma vaga na Câmara Federal. Além de deixar a vaga na chapa majoritária para que o PT faça as articulações com os partidos aliados (inclusive o MDB), parece haver a expectativa interna de que Dilma seja eleita entre os mais bem votados dos candidatos a deputado federal.

Dadas as regras atuais de voto proporcional, eleita em tais condições, Dilma potencializaria vários outros candidatos, beneficiados pela votação obtida por ela. Com isso, aumentaria o número de deputados eleitos pelos partidos coligados com o PT. Vale considerar que o número de deputados federais obtido por uma legenda é usado para definição do valor por ela recebido na partilha dos recursos do Fundo Partidário, bem como a sua proporção no tempo de rádio e televisão nas disputas eleitorais seguintes.

Embora apenas o resultado nas urnas possa mostrar se a viabilidade eleitoral de Dilma é tão vantajosa como tem sido suposto por vários partidos, já se vê a organização dos adversários políticos para barrar sua eventual candidatura. Vem sendo noticiado que uma série de medidas judiciais serão encampadas para impedir que Dilma dispute algum cargo eletivo em Minas. Coligações rivais ou o próprio Ministério Público Eleitoral (MPE) podem requerer, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) o indeferimento do registro da expresidente como candidata. Supostamente, ela seria enquadrada na Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura após condenação por órgão colegiado (neste caso, o Senado).

A decisão dos senadores de preservar os direitos eleitorais da presidente deposta seria considerada apenas uma manobra e poderia ser revertida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Existe, portanto, a possibilidade de que o processo eleitoral mineiro esteja envolto em mais uma disputa jurídica, num novo capítulo da judicialização da política no Brasil.

### Os caminhos do MDB para as eleições de 2018

Vem sendo dito nos jornais que o anúncio de candidatura de Dilma Rousseff (PT) produziu descontentamentos no MDB. Mesmo os planos eleitorais de aliados importantes do governo petista em Minas, como o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes (MDB), teriam sido afetados pelo novo horizonte que se formou com a entrada de Dilma na disputa.

Tem sido dito que Adalclever aparecia como a principal aposta para uma das duas vagas de candidato a senador na chapa de Fernando Pimentel (PT). A segunda vaga seria, então, destinada a um candidato de outro dos partidos aliados. A entrada de Dilma, vista como favorita, estaria provocando a desorganização desse quadro.

Em decorrência disso, foi noticiado que dirigentes do MDB teriam se aproximado do PR, discutindo a possibilidade de formar outra chapa. De fato, o PR contou recentemente com a filiação do

empresário Josué de Alencar e este vem sendo tratado como um "candidato ideal" neste momento, por ser empresário, por ser de uma "família tradicional" (ele é filho de José Alencar, ex-vice-presidente da República) e por não estar envolvido em escândalos de corrupção.

Semelhante hipótese se baseia em declarações publicadas na imprensa, as quais indicaram que o presidente do Legislativo, deputado Adalclever Lopes, pode se apresentar como candidato a governador pelo MDB. Embora exista tal possibilidade, não se pode excluir que essas manifestações públicas não passem de movimentos táticos, pelos quais se deseja forçar o potencial aliado (o PT) a ceder uma fatia maior do espaço político ao partido aliado (o MDB).

Neste momento, a manutenção da aliança com o presidente do Legislativo é vital para o governo Pimentel. O governador depende da aprovação,



no Parlamento, de uma das medidas mais estratégicas para viabilizar sua reeleição: a venda de uma parte da Codemig. Essa privatização tem gerado polêmica tanto entre petistas (que sempre se mostraram avessos às privatizações) como também nos partidos de oposição que se dizem críticos, especificamente, desta medida. No entanto, para o Governo Pimentel ela se mostra como a salvação possível para quitar débitos do estado (pagando inclusive as emendas parlamentares) e regularizar suas obrigações junto aos servidores. Ambas as providências são vistas como fundamentais para melhorar a imagem do governo junto a alguns segmentos do eleitorado.

Além disso, persiste a possibilidade de que o MDB nacional proíba as alianças com o PT. A ala do MDB descontente com essa aliança foi derrotada aqui no estado, motivando, inclusive, a migração de Rodrigo Pacheco para o DEM, partido no qual pretende disputar o cargo de governador. A saída de Pacheco do MDB se deu justamente em face da possível reedição da chapa com o PT. De qualquer forma, a ala contrária à renovação da aliança com o PT ainda conta com a possibilidade de uma intervenção (ainda que indireta) do MDB nacional.

Efetiva ou meramente tática, a reação do MDB pode ser um elemento a ser considerado pelo PT.

Ao longo desses quatro anos de mandato, a bancada parlamentar do MDB foi indispensável para a sustentação do governo no Legislativo. Em razão disso, a maioria dos analistas concordam ao afirmar que essa aliança entre as duas legendas é vital para a candidatura de Pimentel à reeleição. Internamente, parte da militância petista se resigna frente a essa aliança, vista como indesejada, em face do papel que o mesmo MDB teve na deposição antecipada da presidente da República.

No mês de maio é possível que se explicite ainda mais essa batalha dentro do MDB. De um lado, estão forças com expressão regional e que esperam determinar os destinos do partido no estado. Tais grupos teriam mais a ganhar com candidatura própria pelo partido ou com a proximidade da legenda com o PSDB ou de uma chapa unitária, sob comando do senador Anastasia, como discutido abaixo.

Do outro lado, encontram-se, entre outras forças, os deputados que veem na coligação com o PT – um partido que tradicionalmente acumula muitos votos de legenda – os benefícios eleitorais. No cálculo proporcional, estima-se que os votos de legenda contem favoravelmente para os partidos coligados com os petistas.

Há, portanto, uma expectativa de que nos próximos dias essa situação encontre um desenlace.

### MDB e o Impeachment de Fernando Pimentel

Nos últimos dias de abril, o cenário político sofreu um novo sobressalto com a abertura de um processo de *impeachment* contra o governador Fernando Pimentel (PT). Foi o primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Lafayette Andrada (PRB), quem acolheu a peça em que se acusa o governador de diversos crimes de responsabilidade. No entanto, o fato foi unanimemente interpretado na imprensa como uma reação do MDB e, particularmente, do presidente do Legislativo pela entrada de Dilma Rousseff na disputa eleitoral e pelo espaço que o PT estaria arrogando para si na chapa majoritária.

Objetivamente, o impedimento de Pimentel foi pedido por causa dos sucessivos atrasos na realização de repasses devidos às prefeituras e nos pa-

gamentos de fornecedores. Também se diz que estaria havendo irregularidades nos repasses às instâncias do Legislativo e do Judiciário. Este último aspecto foi enfaticamente negado pelo governo. Também se aponta como causa das insatisfações o parcelamento dos salários de uma parte dos servidores do Poder Executivo.

De qualquer forma, a maioria dos analistas vincula o aceite do pedido de *impeachment* ao contexto político eleitoral. Pode tratar-se apenas de uma tática. Ao expor de modo inequívoco a fragilidade do Governo Pimentel, que não se sustenta sem o MDB, esse partido estaria deixando bastante clara sua pretensão a um maior poder de decisão no processo eleitoral. Eventualmente, a própria reeleição do governador pode estar ameaçada nesse novo cenário. Pesquisas internas do



partido mostram que há um amplo convencimento interno de que a legenda deve ter um candidato próprio neste ano. No entanto, também as vagas de candidatos ao Senado estão no campo de interesses do MDB. Na prática, parece que, com esse gesto extremo, o MDB está empurrando o PT para a margem ou mesmo para fora de seu campo de alianças.

Efetivamente, o destino de Pimentel passa a depender do MDB e do bloco de deputados que se dizem "independentes". Ao constatarem esse fato, tem sido inevitável aos analistas políticos a lembrança do que aconteceu no plano nacional, quando a deposição de Dilma Rousseff decorreu

diretamente da saída do MDB, que abandonou então a base de apoio do governo.

A primeira semana de maio trará definições importantes. No dia 1º, o MDB tomará a decisão quanto ao lançamento de candidatura própria para governador. Há outros nomes possíveis, mas destaca-se o deputado Adalclever Lopes, presidente do Legislativo, que vinha sendo um importante aliado do governador. Não importa quem seja o indicado, se o MDB decidir por candidatura própria, é provável que o processo de *impeachment* avance. Do contrário, o assunto tende a ser engavetado como aconteceu com outras repetidas tentativas encampadas pela oposição para fazer o impedimento do governador.

### Os caminhos de Fernando Pimentel em busca da reeleição

Além de ter pela frente o embate para manterse no governo até o fim de seu mandato, o governador Fernando Pimentel (PT) enfrenta seus próprios problemas para se viabilizar como candidato à reeleição. Neste momento, constitui-se como um desafio para seu partido renovar as alianças que o conduziram ao cargo e que lhe garantiram a permanência no Palácio da Liberdade.

A definição das alianças depende também do desenlace das negociações discutidas nas seções acima. Sendo Dilma Rousseff candidata a deputada federal, tem sido dito que a chapa de apoio à reeleição de Fernando Pimentel (PT) teria como candidato a vice-governador o empresário Josué Alencar (PR); os candidatos ao Senado seriam o deputado Adalclever Lopes (MDB) e o jornalista Carlos Viana (PHS). No entanto, parece ainda não existir consenso em torno desses nomes, havendo outros postulantes às vagas nessa chapa. Também há que se considerar que Josué Alencar vem sendo considerado como candidato a vice-presidente da República ao lado de Lula (PT) ou até mesmo de Ciro Gomes (PDT).

Durante os quatro anos de mandato, o governador esteve constantemente sob a ameaça de deposição antecipada. O *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2016, e as investigações da *Ope*ração Acrônimo foram, para ele, um antecedente de risco e motivou não só a oposição, mas parte importante do próprio MDB – detentor do cargo de vice-governador –, a investir contra a permanência de Pimentel no poder.

Nesse sentido, o atual pedido de *impeachment*, que estará em andamento no início de maio, não representa exatamente uma novidade. Isso o torna ainda mais imprevisível, na medida em que pode ser apenas mais um movimento tático do MDB, como pode vir a ter desdobramentos sérios para o governo petista.

Até agora, as concessões políticas, o rateio de cargos entre partidos aliados, as batalhas judiciais e a negociação constante surtiram, para o governador, o efeito de evitar sua própria deposição. Há que se considerar a permanência do apoio recebido da bancada do MDB na Assembleia Legislativa como um dos fatores que lhe garantiram sustentação. Isso significa dizer que em certos momentos o MDB foi seu esteio e, em outros, o seu algoz.

Como mencionado acima, ainda está na memória recente da política nacional o fato de que o chamado "desembarque" do MDB foi decisivo para a queda de Dilma Rousseff. A manutenção do apoio vindo de uma legenda que reúne interesses tão diversos quanto instáveis exigiu inúmeras concessões.

Até mesmo a promessa de se fazer um governo descentralizado e participativo – principal mote de campanha de Pimentel na campanha de 2014 que o elegeu no primeiro turno – foi se diluindo ao



longo do mandato. Com orçamento escasso e conjuntura desfavorável, o programa não atualizou todas as potencialidades de fortalecimento da gestão democrática que se poderia esperar de semelhante iniciativa.

Apesar disso, tem sido noticiado que o programa de descentralização da gestão e de incentivo à participação direta do cidadão está concorrendo a um prêmio das Nações Unidas (ONU). Ao que parece, o programa do governo mineiro estaria concorrendo como uma política estatal de participação no planejamento de políticas públicas.

Outra fonte de tensão para o atual governo foram as contas públicas que estiveram em condições precárias e não deram descanso. Combinaram-se a queda da arrecadação, o déficit bilionário herdado do governo anterior (informação sempre contestada pelos partidos da oposição, de modo especial pelo PSDB que esteve à frente do governo por mais de uma década antes de Pimentel), acordos que haviam sido firmados com parte do funcionalismo (tanto aqueles conduzidos pelo governo precedente como outros de responsabilidade dos próprios mandatários atuais).

Esta lista – bem longe de ser completa – apenas resume os fatores que confinaram as ações deste governo à dura gestão das contas e a escassos investimentos. Obras que são esperadas há anos continuam pertencendo a uma lista de desejos, sempre requentada pela imprensa a cada eleição, e sem qualquer perspectiva de sair do papel no horizonte de curto ou de médio prazos.

Enquanto isso, o governo acumula desgastes. Deixou de cumprir o pagamento do piso nacional da educação, levando à ocorrência de greve dos professores. Prefeitos do interior reivindicam repasses da parcela a que os municípios têm direito sobre impostos coletados pelo estado. Com o funcionalismo, o governo enfrenta descontentamento por haver pago parceladamente o décimoterceiro salário de 2017 devido a parte dos servidores. Também o pagamento de salários segue sendo escalonado desde fevereiro de 2016.

Todos esses fatores são apontados pelos parlamentares como razão para não haverem votado projeto algum desde que retomaram o trabalho em fevereiro, após as férias. Um levantamento publicado em jornal da capital aponta que em 2018 teria havido 26 reuniões plenárias nas quais nada foi votado. Outras seções seguer foram abertas

por falta de quórum. Ao que parece, isso não constitui exceção. Teriam ocorrido, segundo a mesma matéria, 106 seções ordinárias em 2017, mas em apenas seis delas aconteceu alguma votação. Um quinto dessas seções sequer se instalou, porque não alcançou quórum suficiente.

Para os parlamentares, têm maior peso a omissão dos pagamentos, por parte do governo, que afetam as bases eleitorais das quais os deputados dependem, principalmente em ano eleitoral. Não cumprir com os repasses aos municípios gera desgaste para aqueles que se candidatarão à reeleição. Além disso, a omissão de pagamento das emendas parlamentares impede os parlamentares – candidatos à reeleição – de fazerem sua campanha.

As emendas parlamentares são um dispositivo legal mediante o qual um parlamentar pode indicar obras a serem realizadas pelo Poder Executivo. Constitui-se como um dispositivo criticado por permitir um atravessamento da ação do Estado por interesses nem sempre claros. Os críticos dizem que essas emendas são uma forma de o deputado fazer campanha, dizendo que foi ele que fez ou que por sua mediação alguma obra foi realizada pelo Executivo. Por isso, há quem considere que mesmo sendo legal, essa mediação entre população e aplicação de recursos públicos transforma o parlamentar em um "despachante de luxo", por vezes até mesmo em detrimento de suas funções constitucionais.

As emendas existem nos planos federal, estadual e até mesmo em alguns municípios. É comum ocorrer que se algum governo deixa de destinar (leia-se: "pagar") as verbas indicadas pelos parlamentares, cria-se um grande descontentamento no Legislativo, que costuma retribuir por meio da paralização das votações na Casa.

Em coluna publicada pelo jornal *O Tempo*, menciona-se a seguinte afirmação feita por um deputado da base do governo: "ninguém quer apoiar a reeleição de um governador que não cumpre palavra. Não tem mais como apoiar." A frase, citada sem explicitar seu autor, revela o balcão de negócios em que se torna o Legislativo, quando o apoio a um governo tem como critério o intercâmbio de favores, dispensando qualquer proximidade ideológica ou compromisso com um programa de governo.



### Os caminhos dos partidos de oposição

A entrada de Dilma Rousseff (PT) na disputa pode ter tido, como seu efeito mais imediato, o movimento de aproximação entre as candidaturas no campo da oposição. Em caso de consolidação de uma chapa unificada, especula-se que Anastasia seria o candidato a governador pelo PSDB; Dinis Pinheiro (Solidariedade) seria candidato a vice; Rodrigo Pacheco (DEM) e Marcio Lacerda (PSB) disputariam o Senado.

No entanto, quando se consideram as notícias que vêm sendo veiculadas, há que se constatar que, com exceção de Dinis Pinheiro (Solidariedade), os demais continuam firmes em seu discurso como candidatos a governador.

A candidatura de Dinis Pinheiro tem sido apresentada na mídia como aberta a alianças, oscilando entre uma ou outra das forças que estão na disputa. A entrada de Anastasia no páreo pode motivar a presença de Pinheiro como candidato a algum outro cargo na chapa majoritária em torno do PSDB. No final de abril, porém, na imprensa já se falava que ele poderia ser também um candidato cobiçado pelo campo político do governador.

Pacheco e Lacerda estão em plena atividade para formar as alianças necessárias a suas candidaturas. Quanto a Anastasia, vem sendo dito que começará sua campanha efetivamente no mês de maio, quando as alianças estiverem firmadas.

Rodrigo Pacheco (DEM) tem declarado que não irá desistir de sua candidatura e, aparentemente, ainda mantém a expectativa de que o senador Antonio Anastasia (PSDB) venha a abrir mão de ser candidato. Nesse caso, Rodrigo Pacheco viria a ser o favorito para receber apoio dos demais partidos desse campo de alianças.

O argumento utilizado pelo pré-candidato do DEM para supor sua viabilidade eleitoral é a alegação de que seu partido possuiria a estrutura adequada e suficiente penetração no interior do estado. Além disso – segundo suas próprias declarações –, diversas forças políticas já lhe teriam dado apoio. Isso garantiria ao referido candidato o

tempo necessário para campanha em rádio e televisão. Consta que negociações estariam em andamento com o PP, o Avante, o PEN e o PTC.

A constituição da candidatura de Pacheco foi acompanhada com grande interesse pela mídia. Filiado, inicialmente, ao MDB, Pacheco viu a possibilidade de candidatar-se a governador por aquele partido desfazer-se quando as prévias da legenda foram adiadas para o início de maio.

O MDB deliberou por candidatura própria, mas adiou a decisão para 1º de maio. Isso significa que a decisão viria após a chamada "janela eleitoral" (encerrada em 6 de abril) que permitiu aos políticos mudar de partido sem sofrer qualquer sanção. Com isso Pacheco corria o risco de ter inviabilizada sua candidatura, caso, chegando maio, o MDB fizesse um encaminhamento diverso como, por exemplo, manter a coligação com o PT e apoiar a reeleição de Fernando Pimentel (PT). Se ficasse no MDB e perdesse as prévias, não teria mais tempo de procurar outro partido. Dado esse impasse, migrou para o DEM, declarando ser seu objetivo "vencer as eleições e retirar o PT do poder".

Outro candidato em plena campanha é o exprefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB). Circulam notícias de que o candidato estaria em posse de pesquisas que asseguram sua viabilidade eleitoral e a possibilidade de derrotar o atual governador, que busca reeleger-se. No entanto, aqueles que trabalham para constituir uma só candidatura que unifique em torno de uma chapa os diversos partidos de oposição, afirmam que a candidatura de Lacerda está "isolada". Na base dessa afirmação, está – assim se diz – o fato de que, após a entrada de Anastasia na disputa, estreitou-se o campo dos partidos que, possivelmente, poderiam apoiá-lo. Neste momento em que já se avizinha o mês de maio, Lacerda teria apoio apenas do PROS e do PDT.

Seja como for, é difícil avaliar esse suposto "isolamento", dado que, em se tratando da política de alianças, neste momento, os três principais candidatos da oposição (Antonio Anastasia, Rodrigo Pa-



checo e Marcio Lacerda) enfrentam desafios semelhantes. Os três necessitam atrair outros partidos que lhes garanta financiamento, tempo em rádio e televisão para a campanha e, em caso de vitória, sustentabilidade política no Legislativo para o novo governo. Frente ao fortalecimento da chapa de Pimentel com a possível entrada da expresidente, a unificação das candidaturas aparece como uma possibilidade, que poderia resolver, pelo menos, os dois primeiros problemas.

Contudo, Lacerda e seu partido teriam de resolver um problema adicional gerado por uma eventual aliança estadual com o PSDB. Se tal acordo se realizar, Lacerda teria de dividir palanque com o presidenciável tucano Geraldo Alckmin. Resta saber como ficaria seu compromisso de apoio a Ciro Gomes, pré-candidato à Presidência da República pelo PDT.

Tudo isso terá de ser equacionado antes da campanha começar. A se resolver resta ainda a situação que se criou com a possível entrada do exministro do STF, Joaquim Barbosa, como candidato à Presidência da República pelo PSB. Persistindo tal candidatura, ainda não se pode dizer como o PSB mineiro haverá de se comportar.

Em eleições anteriores, as decisões eleitorais de Marcio Lacerda foram tomadas de forma lenta e, por vezes, se servindo de todo o tempo que a legislação lhe facultava. Na última eleição municipal, os esforços de Lacerda para manter o protagonismo na definição de seu sucessor foram árduos e acabaram por não agregar o apoio necessário em torno da candidatura que ele defendia.

Quando 2016 começou, a imprensa mineira vislumbrava entusiasmada a vitória vista então como inexorável do candidato que supostamente seria lançado em conjunto pelo então prefeito Marcio Lacerda (PSB) e pelo senador Aécio Neves (PSDB). No final, a candidatura unificada não se concretizou. Lacerda e Aécio acabaram separados e protagonizaram uma disputa de versões para o impasse. Na época, registravam-se na imprensa indícios de que Aécio Neves talvez estivesse atuando para desmontar os esforços de Lacerda para constituir a candidatura própria em seu partido.

Dois anos depois, o cenário é diferente sob vários pontos de vista. Talvez a principal distinção seja o fato de que na disputa municipal o Partido dos Trabalhadores se encontrasse – talvez – mais combalido do que se encontra agora em 2018. É

difícil dizer se, onde e em que medida o antipetismo tenha arrefecido. Contudo, não parece de todo descabida a hipótese de que para o PT a pior crise já pode ter ficado para trás. Se não por outra razão, pelo menos por se considerar que, neste momento, seus adversários estão sob maior evidência, dadas as acusações de corrupção mais recentes na memória da população. Há quem diga que a prisão do ex-presidente Lula tenha deixado sem bandeira aqueles que, durante anos, basearam seu discurso na crítica às práticas de corrupção adotadas na gestão petista.

Na verdade, tanto Rodrigo Pacheco como Márcio Lacerda talvez venham a focalizar sua campanha na proposta de derrotar o PT de Fernando Pimentel. Em suas manifestações públicas, já há indícios de que isso pode acontecer. No entanto, é pouco plausível que vinguem as tentativas de se constituir como "terceira via" (ou seja, nem PT nem PSDB). Os outros dois candidatos tidos como mais representativos não são a emergência de uma terceira via, mas resultam do esvanecimento dos dois campos que antes concentravam a maior força política.

Por um lado, parece que o PSDB não exerce mais o protagonismo da época em que tinha no senador Aécio Neves seu principal representante. Ressalvadas as especificidades de cada um dos casos, algo parecido pode ser dito a respeito do Partido dos Trabalhadores. Ainda que venha a se estabelecer a disputa entre Antonio Anastasia (PSDB) e Fernando Pimentel (PT), ambas as legendas enfrentam os seus próprios desgastes.

Em paralelo, há que se considerar também a presença de outros concorrentes de partidos menores, mas que produziram alguma reação na mídia quando se apresentaram como pré-candidatos.

Entre eles, pode-se citar o empresário Romeu Zema, em cujo discurso já se insinuam propostas típicas de candidatos que se apresentam como provenientes "de fora da política". A prevalência da competência sobre o critério político; fim de privilégios; enxugar a administração por meio de cortes; diminuição de impostos são temas de uma de suas entrevistas publicadas num jornal da capital.

Outro dos candidatos oriundos de legendas que (pelo menos ainda) não aparecem organizadas em torno dos maiores partidos mineiros é o



sociólogo e ex-secretário da Educação, João Batista Mares Guia (Rede). Nos últimos dias de abril, noticiou-se que Mares Guia já definiu o candidato a vice-governador em sua chapa. Trata-se do empresário Eduardo Lucas, também filiado à Rede.

No entanto, as convenções dos partidos acontecerão entre 20 de julho e 5 de agosto. Até lá muitas mudanças de rota podem ser esperadas.

### O campo da oposição em Minas Gerais e o destino político do senador Aécio Neves

O destino político dos partidos de oposição parece ameaçado pelo destino do senador Aécio Neves (PSDB). Um dos fatos mais recentes foi a decisão do STF de tornar réu o senador acusado de corrupção e obstrução da justiça.

Em junho de 2017, Aécio Neves havia sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República por, supostamente, haver recebido dois milhões de reais da empresa JBS como propina. Embora declare estar sendo vítima de uma armação e negue todas as acusações, agora o senador terá de responder perante o Supremo.

Acrescenta-se a isso o fato de que na última semana de abril, Aécio teve de depor na Polícia Federal. Nesse caso, ele é acusado de haver recebido dezenas de milhões para favorecer empreiteiras. O senador teria sido citado por empresários delatores como destinatário de pagamentos milionários. Em nota pública, a defesa do senador nega a veracidade dessas acusações.

Além disso, no final de abril, uma reportagem publicada pelo *site* "Jornalistas Livres" afirma que o prédio onde o *Jornal Hoje em Dia* tem sua sede seria de propriedade da J&F, uma *holding* do empresário Joesley Batista. Supostamente, o jornal teria sido pago por esse empresário, a pedido do senador Aécio.

A matéria sugere que o jornal teria sido adquirido com a finalidade de produzir uma cobertura que favorecesse a campanha do senador, então candidato a presidente da República. Embora a repercussão para o caso, até o momento, tenha sido pequena, a matéria denuncia uma relação escusa entre a política e a imprensa mineiras que pode vir a ser objeto de uma investigação.

Ainda entre os últimos acontecimentos, podese mencionar a declaração do deputado Osmar Serraglio (PP-PR) que declarou – tanto à imprensa como em discurso feito na Câmara Federal – que teria recebido pressão do senador Aécio Neves em favor de um delegado da Polícia Federal indicado pelo senador. Teria havido, então, uma tentativa de obstrução das investigações da Operação Lava Jato. Naquela época, Serraglio era ministro da Justiça, do Governo Temer.

Frente a semelhantes situações, os partidos que sempre foram aliados do senador Aécio entendem que, agora, sua presença na campanha eleitoral lhes seria prejudicial. Principalmente seu partido, o PSDB, tenta afastar-se do desgaste que recai sobre o senador. Em meados de abril, o candidato à Presidência da República pela legenda, declarou em entrevista que "o ideal é que [Aécio] não seja candidato", mas que a decisão seria do próprio senador.

Em resposta, Aécio teria dito que a questão seria resolvida pelo partido em Minas Gerais, no devido tempo.

O fato é que os aliados que conduziram juntos tantas campanhas tentam agora livrar sua própria imagem da contaminação com o destino que recaiu sobre o senador mineiro. De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*,

há uma preocupação no PSDB de que o episódio envolvendo Aécio, que conquistou 51 milhões de votos na eleição presidencial de 2014, contamine a campanha de Alckmin.

FOLHA DE SÃO PAULO, 18 abr. 2018.

Na imprensa mineira, circulam notícias de que vários partidos se recusaram a compor uma chapa em que figurasse Aécio como candidato a senador. Diz-se também que a aceitação da candidatura de Anastasia — único nome de consenso nesse segmento do espectro político — teria sido condicionada, por partidos aliados, a que não houvesse o nome de Aécio na chapa majoritária.



A julgar pelas notícias que vêm sendo publicadas, pode ser que Aécio não seja candidato nem mesmo a deputado federal, como se especulou nestes últimos meses. O processo autorizado pelo STF entrará na fase de coleta de depoimentos e apresentação de provas. Existe a possibilidade de que novos fatos ou denúncias apareçam e os candidatos, ao que parece, não querem assumir o risco de se verem vinculados ao senador.

#### Financiamento eleitoral

A proibição do financiamento eleitoral por meio de doações por empresas vem provocando uma mudança na tática dos partidos políticos em face da disputa de 2018. Menos dinheiro disponível, a instabilidade política e a rejeição de parte da população à política instituída nos partidos constituem outras faces do problema.

A forma de lidar com tal conjuntura tem sido a concentração dos partidos em torno de candidaturas que se mostrem, de partida, como eleitoralmente viáveis. A indicação dos candidatos a deputado estadual e federal sempre foi um procedimento tático importante, visto que esses candidatados se tornam cabos eleitorais da chapa majoritária (governador e senadores).

Há dois efeitos perversos nessa situação. O primeiro deles é o alto índice de reeleição e, consequentemente, a baixa renovação na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. De fato, segundo as notícias que vêm sendo publicadas, os partidos estão priorizando a reeleição de seus quadros, ao invés de apostar em novos nomes.

Frente à escassez de financiamento, há parlamentares estaduais que haviam expressado o desejo de se candidatar à Câmara Federal e que estão recuando em seu propósito e pensam em disputar a recondução como deputados estaduais. Também tem sido dito que parte dos atuais deputados federais tem pensado em se candidatar ao cargo de deputado estadual, como forma de baratear suas campanhas, já que o acesso à Assembleia Legislativa exige um menor número de votos. Obviamente, se esse quadro prevalecer, a eleição

para deputado estadual se tornará bem mais concorrida, diferentemente do que se viu em anos passados.

O segundo efeito do quadro aqui discutido é a diminuição da representatividade das mulheres. A legislação eleitoral estabelece o mínimo de 30% de mulheres na composição das chapas. Há informação publicada segundo a qual esse percentual estaria sendo difícil de alcançar porque o critério que estabelece a perspectiva real de vitória no momento de registro da candidatura é um entrave para a entrada de mulheres que já não sejam conhecidas pelo eleitorado. Nesse sentido, a baixa presença de mulheres na disputa redunda em impedimento para que cresça também o número de homens potencialmente interessados no pleito.

Outro fenômeno que já começa a se manifestar é a multiplicação de celebridades que se apresentam como candidatos. O encurtamento da campanha eleitoral beneficia os candidatos que já são conhecidos pela população. Atores, participantes de realities shows, apresentadores de rádio e televisão estão entre aqueles que esperam auferir vantagem competitiva.

Por fim, é preciso constatar que a ausência do financiamento por empresa não foi capaz de fechar todas as portas para a influência do poder econômico nas eleições. Como não se estabeleceram limites para o aporte de recursos próprios, candidatos mais ricos têm uma vantagem sobre aqueles que não podem bancar suas próprias campanhas.

## Campanhas tendem a se esvaziar de conteúdo político

A julgar pelos rumos já perceptíveis durante a pré-campanha, pode-se antever uma tendência de ocultação de seus partidos políticos por parte dos candidatos. Esse fenômeno não é novo; as eleições municipais de 2016 já tiveram essa mesma característica.



Toda pensada para conquistar a simpatia do eleitor e para evitar, a qualquer custo, confrontálo, parece estar se encaminhando uma campanha eleitoral despolitizada. Desse modo, ao invés de ocorrer uma discussão sobre os problemas reais que afetam a população do estado, tende-se a dizer aquilo que o eleitor médio quer ouvir.

Esse fenômeno se mostra, primeiramente, no desaparecimento dos partidos no discurso dos candidatos a governador. Usam-se expressões que remetem aos partidos de forma indireta. Referese, por exemplo, ao "arco de alianças", aos "apoiadores" ou ainda aos "aliados".

Isso implica também evitar associações com políticos tradicionais, como se não houvesse "padrinhos" políticos. Por um lado, isso se deve ao fato de vários desses políticos conhecidos por sua longa trajetória pública terem sofrido forte desgaste de imagem, havendo inclusive alguns que estejam respondendo a processos judiciais, em razão do suposto envolvimento em corrupção.

Também faz parte da estratégia esconder bandeiras partidárias, já há sinais de que as campanhas estão usando cores consideradas neutras, procurando assim desvincular-se do discurso partidário feito em outras épocas.

Em razão disso, fala-se pouco em programa partidário e acentua-se mais a pessoa do candidato, seu histórico, suas qualidades como gestor, suas propostas para resolver problemas genéricos.

Não são discutidas as raízes históricas e estruturais no campo da saúde, da educação, da segurança, entre outros. Fala-se em ações e melhorias com um discurso que se mantém estritamente ao gosto do eleitorado. Fala-se o que o eleitor quer ouvir, mas sem discutir a viabilidade e o alcance que semelhantes ações podem ter, dado o caráter histórico e estrutural dos principais problemas enfrentados por esses setores aqui em Minas Gerais e em todo o país.

Vêm surgindo slogans de campanha genéricos, que focalizam a gestão ou os chavões progressistas bastante genéricos. Dentre aqueles já divulgados, ouvem-se motes como "Minas tem jeito" e imperativos do tipo "Muda Minas". São expressões com pouca ou nenhuma carga propositiva, que não expressam comprometimento explícito com uma ideologia ou tampouco com um programa de governo claramente estabelecido.

A tudo isso pode-se acrescentar o fenômeno dos candidatos que se apresentam explicitamente como "não políticos". Também este fenômeno repete uma tendência verificada na eleição passada. Identificam-se dois pressupostos nesse raciocínio. Primeiramente, supõe-se que não tendo uma trajetória de militância partidária, esse candidato pode representar uma renovação ou um jeito novo de se fazer a gestão da coisa pública.

Em segundo lugar, quem defende tais candidaturas costuma entender que o candidato que não seja político não estaria contaminado com os esquemas de corrupção e com os conchavos a que os políticos tradicionais estariam expostos. Supostamente, tal candidato, se eleito, conseguiria fazer "a coisa certa" sem ter de negociar e de fazer acordos durante seu mandato.

Por fim, parece estar subentendido que um candidato que esteja vindo de "fora da política" e que seja, por exemplo, um empresário pode ser um melhor gestor público. Neste caso, há uma identificação apressada entre a experiência na iniciativa privada e a proposição de políticas públicas, como se ambas fossem redutíveis a uma atividade de gestão. Ao tratar ambas as esferas como se fosse "tudo a mesma coisa", deixa-se de lado a complexidade da proposição de políticas públicas inclusivas e reduz-se a política a meras atividades de gestão.

Vale considerar que governo das coisas públicas e gestão de empresas guardam diferenças importantes. A gestão empresarial se refere à administração de bens privados. Ainda que possa adquirir faces coletivas e sociais, seu principal propósito é a obtenção de benefícios caracteristicamente individuais. Já as práticas de governo, preocupadas com o bem comum, se pautam por valores bem mais abstratos.

O fato de ser contabilmente positiva não significa que uma determinada ação de governo alcançou seu fim, que é o bem comum. Do mesmo modo, o fato de não ter tido o melhor êxito de um ponto de vista administrativo não quer dizer que um programa de governo seja mal sucedido, dados os resultados sociais que gerou. Em outros termos, a eficiência econômica ou contábil não parece ser critério definitivo ao se avaliarem políticas públicas.



Fica assim diminuído o fato de que a iniciativa privada, principalmente a empresarial, tem objetivos e práticas bastante distintos daqueles requeridos na condução de interesses públicos. Se é verdade que boas práticas de gestão são condição

para o exercício de um governo, parece inevitável questionar se a gestão de políticas públicas se esgota nesses procedimentos empresariais.



### **Créditos**

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### **Núcleo de Estudos Sociopolíticos**

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205 30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

### **Grupo Gestor**

Representantes da PUC: Adriana Maria Brandão Penzim Claudemir Francisco Alves Robson Sávio Reis Souza (Coord.) Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte: Frederico Santana Rick - VEASP José Zanetti Gonçalves — RENSE

#### **Conselho Editorial**

Adriana Maria Brandão Penzim Claudemir Francisco Alves Robson Sávio Reis Souza

### Redação final

Claudemir Francisco Alves







